

Reforma será completa

MAS ESTADOS AINDA RESISTEM

O governo já não tem dúvidas quanto aos aspectos constitucionais do projeto de reforma fiscal que está sendo negociado com o Congresso. A garantia foi dada, ontem, pelo ministro da Justiça, Célio Borja. E o ministro-chefe da Secretaria de Governo, Jorge Bornhausen, afirmou que as propostas que serão encaminhadas aos parlamentares se referem "a uma intenção de reforma completa, e não apenas parcial".

Durante quase duas horas, Borja e Bornhausen se reuniram com o ministro da Economia, Márcilio Marques Moreira, para alinhar os detalhes do ajuste fiscal. Bornhausen não quis falar em números do ajuste. Segundo ele, o governo federal espera que, do esforço em conjunto com os governos estaduais, "nasça uma solução no Congresso Nacional".

O presidente nacional do PMDB, Orestes Quércia, disse ontem no Rio, que o projeto de reforma fiscal do governo "não é sério". Quércia afirmou que dificilmente o governo conseguirá a aprovação desse projeto no Congresso. "O governo quer mistificar o projeto que, se fosse sério, demoraria vários anos para ser feito", afirmou Quércia.

Os secretários de Fazenda do Sul e do Sudeste deixaram claro ontem, em Porto Alegre, que não concordarão com nenhuma reforma fiscal que provoque perda para seus Estados. Reunidos com o coordenador da Reforma Fiscal do Ministério da Economia, Ary

Oswaldo Mattos Filho, eles demonstraram também não acreditar que o momento de recessão seja propício para a reforma. Outra convicção dos secretários é de que o prazo de 31 de julho, para envio do projeto ao Congresso, não será cumprido.

O presidente da comissão da Reforma Fiscal também se

reuniu ontem com empresários do Sul, na sede da Federação das Indústrias gaúcha. No próximo dia 15, Mattos Filho se encontrará com os secretários de Fazenda do Norte e Nordeste, fechando o ciclo de reuniões.

Segundo Mattos Filho, a pressa na discussão do ajuste fiscal não tem que ver com exigências do FMI. Ele admite que o assunto é complexo, mas entende que a maioria dos setores acha necessária a reforma. "Os Estados e Municípios não querem perder a arrecadação. Isso não vai ocorrer, pois a base de cálculo será elevada."



Arquivo/AE

Quércia: críticas.